

**EVANDRO BERTONCELLO**

**DESEMPENHO RECENTE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPACTOS  
DA ABERTURA ECONÔMICA E DA POLÍTICA CAMBIAL**

Monografia apresentado no Curso de Ciências  
Econômicas do Setor de Ciências Sociais  
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Prof. Orientador: Guilherme Jonas C da Silva

**CURITIBA**

**2004**

## TERMO DE APROVAÇÃO

EVANDRO BERTONCELLO

### DESEMPENHO RECENTE DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: IMPACTOS DA ABERTURA ECONÔMICA E DA POLÍTICA CAMBIAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos seguintes professores:

Orientador:

  
Prof. Guilherme Jonas C. da Silva

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

  
Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

  
Prof. Dr. Luiz Antonio Lopes

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, janeiro de 2005

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	iv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1 OBJETIVOS</b> .....	02
1.1 OBJETIVO GERAL.....	02
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	02
<b>2 CONJUNTURA ECONÔMICA 1990 – 1998</b> .....	03
2.1 PLANO COLLOR I.....	04
2.2 PLANO COLLOR II.....	10
2.3 GOVERNO TRANSITÓRIO; ITAMAR FRANCO.....	12
<b>3 PLANO REAL</b> .....	15
3.1 POLÍTICA ECONÔMICA DURANTE O PLANO REAL.....	15
3.2 POLÍTICA CAMBIAL.....	18
<b>4 ABERTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA DA ECONOMIA</b> .....	23
4.1 ABERTURA COMERCIAL .....	25
4.2 ABERTURA FINANCEIRA.....	30
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	32
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35

## **RESUMO**

A presente monografia contém uma análise da relação entre a abertura econômica ocorrida em meados dos anos 90 e a balança comercial brasileira. Nesse sentido é apresentada uma contextualização histórica dos planos políticos e econômicos a partir dessa época bem como os seus impactos na economia brasileira. É discutido a influência da política cambial no período bem como a abertura econômica iniciada no Plano Real e seus impactos na balança comercial até o período recente.

## INTRODUÇÃO

Nos anos 90, uma grande discussão ficou em torno da abertura econômica iniciada no governo de Fernando Collor de Mello intensificada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com igual importância, escreve-se muito sobre a importância da taxa de câmbio quando se trata de Saldos da Balança Comercial.

O objetivo geral desse trabalho é analisar o desempenho da Balança Comercial nos 90, após a implantação da política cambial e da abertura econômica do plano real.

Para tanto, apresenta-se inicialmente os objetivos gerais e os objetivos específicos que serão analisado na monografia e sua composição. Na seqüência, uma breve contextualização dos dois planos de governo compreendidos no período que será analisado. O objetivo é alcançar referências teóricas e bibliográficas sobre a importância da política cambial e da abertura econômica nos saldos comerciais da economia brasileira. Posteriormente apresenta-se a política econômica durante o plano real, a política cambial e a abertura econômica e financeira desse período.

## 1 OBJETIVOS

### 1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o desempenho recente da Balança Comercial, abrangendo os impactos causados pela abertura econômica e pelas políticas cambiais da época.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Apresentar uma contextualização sobre a conjuntura econômica dos anos 90, abrangendo o Plano Collor e o Plano Real; ou seja, analisar conjuntamente o período compreendido entre 1990 e 1998.
- b) Apresentar as medidas tomadas para a realização da abertura econômica, como a queda de barreiras tarifárias, não-tarifárias, o processo de privatizações, assim como a inserção do Brasil no Mercosul.
- c) Acompanhar a evolução da taxa de câmbio, no período de 1990 a 1999 e especificar câmbio fixo e flexível.
- d) Apresentar a Balança Comercial e analisar se a abertura econômica e a política cambial adotada no Plano Collor e primeiro Plano Real, foram favoráveis ou não, as exportações brasileiras e ao Saldo da Balança Comercial.

## 2 CONJUNTURA ECONÔMICA: 1990 A 1998 – CONTEXTUALIZAÇÃO

Os anos 80 terminaram com José Ferreira de Araújo Costa Sarney como Presidente da República Federativa do Brasil.

Durante o governo Sarney (1986-1989), foi elaborado um plano de estabilização, no qual a moeda da época denominava-se cruzeiro e passou a se chamar cruzado e os preços foram congelados por vários meses. Depois da liberalização dos preços, a inflação cresceu de maneira assustadora.

Em 1988, Maílson da Nóbrega assume o Ministério da Fazenda e em 1989, entra em vigência o Plano Verão. O congelamento de preços retorna como instrumento de política econômica. Mas, em setembro do mesmo ano, com o congelamento desacreditado, o governo opta por nova moratória da dívida externa. Após o governo Sarney, entra o governo de Fernando Collor de Mello, assumido em 1990. O Ministério da Fazenda passa a ser de Zélia Cardoso de Mello. É então elaborado, o Plano Brasil Novo (ou Plano Collor), com severas medidas provisórias. A moeda voltou a ser o cruzeiro. Os depósitos bancários de pessoas físicas e jurídicas foram bloqueados. Os preços foram congelados por curto período de tempo. As tarifas públicas foram elevadas, contribuindo para pressionar as taxas de inflação e o governo decide por bloqueio da dívida pública (SANTANA, 2000).

Em 1991, é lançado o Plano Collor II. Ocorre rápida deterioração da credibilidade do governo federal, que vai desembocar no *impeachment* do presidente da república, no segundo semestre de 1992 (SANTANA, 2000).

Assume o governo o vice-presidente Itamar Franco. Sua gestão foi de 1992 a 1994. O Ministério da Fazenda era ocupado por Fernando Henrique Cardoso,

criador do Plano Real, que entrou em vigência em julho de 1994, objetivando alcançar a estabilidade econômica, derrubando assim a inflação.

Em janeiro de 1995, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, dando continuidade ao programa econômico lançado no governo anterior.

O objetivo deste capítulo é lançar a base para o estudo das políticas comercial e cambial e seus impactos sobre a Balança Comercial. Para que isto seja possível, será apresentada a análise conjuntural dos anos 90, iniciando-se pelo governo de Collor.

### 1.1- PLANO COLLOR I

Em 1989 o país passava pelo Plano Verão (Plano Maílson) do Governo de José Sarney, que tentou utilizar o câmbio fixo para segurar taxas inflacionárias.

Na expectativa de melhorar a curto prazo a situação fiscal e financeira do estado e evitar a trajetória hiperinflacionária, o governo impôs pesadas perdas iniciais aos detentores de títulos públicos, através de expurgos de parcelas da inflação, anteriores ao congelamento dos índices de correção monetária, diminuindo o estoque da dívida (GREMAUD, SAES E TONETO JR, 1997).

Para evitar a fuga de aplicações financeiras e o crescimento da especulação, o governo adotou política de juros elevados, provocando excesso de demanda em ativos reais.

Neste mesmo ano, foi eleito para presidente da república Federativa do Brasil, Fernando Collor de Melo, que assumiu o governo em 1990, enfrentando uma inflação de 81% ao mês (BAER, 1996).

Foi elaborado um novo plano de governo, que segundo BAER (1996) instituiu as seguintes medidas:

- 01) 80% dos depósitos do *overnight*, das contas correntes ou de poupanças que excedessem a NCz\$ 50 mil (equivalentes a US\$ 1,300 pelo câmbio da época) e aplicações no *open market* (mercado aberto) até NCz\$ 25 mil ou 20% do total, valendo o maior, foram congelados por 18 meses, recebendo durante esse período um retorno equivalente à taxa corrente de inflação, mais 6% a.a.
- 02) Foi instituída uma nova moeda. A medida Provisória nº 168, de 15 de março de 1990 (D.O.U. de 16 de março de 1990), convertida na Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990 (D.O.U. de 13 de abril de 1990), restabeleceu a denominação CRUZEIRO para a moeda, correspondendo um cruzeiro a um cruzado novo. Ficou mantido o centavo. A mudança de padrão foi regulamentada pela Resolução nº 1.689, de 18 de março de 1990;
- 03) Cobrança de imposto extraordinário e único sobre operações financeiras (IOF), sobre o estoque de ativos financeiros, transações com ouro e ações, e sobre as retiradas das contas de poupança;
- 04) Congelamento inicial de preços e salários, com ajustes posteriores seguindo determinação governamental baseada na inflação esperada;

- 04) Eliminação de vários tipos de incentivos fiscais – para importações, exportações, agricultura, regiões norte e nordeste e a indústria de computadores;
- 05) Aplicação do Imposto de Renda (IR) sobre lucros provenientes das operações no mercado de ações, atividades agrícolas e exportações e a criação de um imposto sobre fortunas;
- 06) Indexação imediata de impostos (sobre renda e produtos), obrigando seu ajuste à inflação no dia posterior à realização da transação;
- 07) Implementação de medidas interdisciplinares e novas leis reguladoras sobre operações financeiras, buscando reduzir significativamente a sonegação fiscal;
- 08) Aumento do preço de serviços públicos (exemplo: 57,8% preço do gás, 83,5% nos serviços postais e 32% em eletricidade e telefone);
- 09) Liberalização do câmbio e medidas para promover uma gradual abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa;
- 10) Extinção de vários institutos governamentais e o anúncio da intenção do governo de demitir cerca de 360 mil funcionários públicos;
- 11) Medidas preliminares para instituir o processo de privatização;

O sintoma imediato da implantação das medidas citadas acima, foi uma redução extraordinária da liquidez do país. Os Meios de Pagamento (MP) como porcentagem do PIB, caíram de 30% para 9%, de imediato na implementação do plano (BAER, 1996). Os preços industriais foram os que apresentaram menores taxas de crescimento no início do Plano Collor, tanto devido à crise de liquidez e à necessidade de liberar estoques para gerar liquidez necessária para suas

operações, como pelo menor protecionismo que dificultava a prática de repasse total de custos para preços típicos do período anterior (GREMAUD, SAES E TONETO JR, 1997).

As medidas tomadas para controle da inflação obtiveram sucesso, as taxas caíram para 5%. Em compensação a atividade econômica esteve em queda.

O Plano Collor congelou os preços por quarenta e cinco dias, fixou ajustes percentuais máximos a cada mês, baseados na inflação (oficial) esperada no período. Outro percentual seria determinado no dia 15 de cada mês, fixando os aumentos do salário mínimo. Ajustes salariais que excedessem esse percentual, seriam negociados entre empregados e empregadores, mas não poderiam ultrapassar aumentos nos preços praticados pela empresas. Mas, como a porcentagem pré-determinada de 0% para abril foi ultrapassada pelos aumentos reais de preços, o governo enfrentou dificuldades políticas. A norma para salários foi abandonada depois de abril e as livres negociações entre empregados e empregadores passaram a definir os ajustes salariais (BAER, 1996).

Em relação ao PIB real, este caiu 7,8% no II trimestre de 1990, com o desbloqueio dos ativos congelados nos meses seguintes, a atividade econômica reagiu, crescendo 7,3% do PIB no III trimestre, enquanto no último trimestre houve outro declínio de 3,4% (BAER, 1996).

A recessão e as pressões partidárias, levaram a liberalização dos ativos financeiros antes do programado, sem que normas para isto, foram bem estabelecidas.

Paralelamente ao plano de estabilização do Governo Collor, deu-se início a um processo de modificação estrutural do país, especialmente em dois pontos: reforma do estado e abertura comercial. Apesar de iniciadas no Governo Sarney,

ganham força no Governo Collor com o Programa Nacional de Desestatização (PND).

Introduziu-se uma redução gradual de tarifas e a flutuação do câmbio. Na área externa alterou-se o regime cambial. A liberalização cambial já se iniciara em 1988, flexibilizando determinadas transações com divisas. Este processo se intensifica em 1990, ampliando o grau de mobilidade de capitais na economia. Procura-se facilitar a entrada de capitais no país para tornar o Brasil mais atrativo para investidores estrangeiros.

Com a aceleração da inflação na metade de 1990, a taxa de câmbio real começou a se desvalorizar, o que levou o governo a interferir no mercado cambial a fim de evitar uma séria sobrevalorização do cruzeiro. A sobrevalorização observada no meio do ano, combinada com o fim do programa de incentivos as exportações, causou um declínio de 8,7% das exportações em 1990, enquanto que as importações aumentaram 11,5%, não só devido à sobrevalorização, mas também ao aumento dos preços do petróleo originados pela crise do Iraque (BAER, 1996).

Com o aprofundamento da Abertura Comercial observou-se uma reversão da política cambial implementada na segunda metade da década de 70 e especialmente no início dos anos 80 que impôs restrições às importações. A abertura foi realizada por meio de eliminação de barreiras tarifárias e de um cronograma extremamente ambicioso e rápido de redução das tarifas médias da economia; estas se situavam em torno de 40% e foram rebaixadas para em torno de 20% em 1994 (GREMAUD, SAES E TONETO JR, 1997).

Segundo os autores aos quais se faz referência no parágrafo acima, na página 239, o plano fracassou devido a:

”remonetização rápida e, principalmente, não ter rompido a lógica de moeda-indexada, não criando as condições para a retomada do investimento de modo a promover as correções necessárias na estrutura de oferta, além de ter gerado uma série de distorções em termos de preços relativos, tanto no micro, como entre serviços e indústria, como no macro. Neste último aspecto notadamente destaca-se a taxa de câmbio. Esta ficou bastante defasada no período hiperinflacionário, pois além de taxa de juros reais extremamente elevadas para conter a aceleração inflacionária, recorreu-se freqüentemente a subcorreção do câmbio”.

Nos começo do governo Collor, não houve correção do desequilíbrio anterior, com a variação cambial oscilando em torno da inflação. No III trimestre de 1990, o saldo comercial sofreu uma brusca reversão.

Para BELLUZZO E ALMEIDA (1992, p. 49-50), o fator determinante na queda do saldo comercial foi o baixo número alcançado pelas exportações, pode-se dizer que “... o recuo foi uma média mensal em torno de US\$ 1,2 bilhão obtida entre abril e julho para US\$ 215 milhões em outubro. O aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, (...) reponde a uma pequena parcela da responsabilidade deste resultado, mas o fator decisivo foi à queda das exportações...”

Diante deste quadro, houve expressiva desvalorização cambial.

Ao Plano Collor I, ainda cabe a privatização da USIMINAS e da CST (Tubarão) e do setor petroquímico e de fertilizantes, privatizando-se a Petroflex, Copesul e Fosfertil, dentre outras.

Um fato marcante foi a CC5 (Carta Circular nº 05 do Banco Central) que permite a não residentes a operarem na compra e venda de divisas.

## 1.2- PLANO COLLOR II

Depois de queda subsequente ao anúncio do Plano Collor I, a inflação começou a subir novamente em julho de 1990, como resultado do relaxamento do controle de preços e salários e do processo irregular de remonetização. Como a inflação continuou acelerada no início de 1991, e o governo encontrando crescentes dificuldades em colocar seus papéis, a equipe econômica de Collor de Mello, implementou um novo pacote econômico em fevereiro deste último ano.

A estratégia do plano, concentrava-se numa estratégia financeira que consistia na eliminação do *overnight* e num ataque à inflação inercial, através de um congelamento de salários e preços e na extinção de várias formas de indexação.

De acordo com BAER (1996), o *overnight* foi substituído pelo Fundo de Aplicações Financeiras, cuja composição era regulada pelo governo:

- 01) um mínimo de 43% de papéis do governo federal ou estadual eram garantidos pelo BACEN, esperando, assegurar uma demanda mínima para eles;
- 02) 13% das obrigações de Títulos de Desenvolvimento econômico e de Títulos de Desenvolvimento Social, criados para financiar novos programas de investimento nas áreas industrial e social;
- 03) 42% dos recursos deveriam ser investidos com reservas sob forma de depósitos à vista.

Os rendimentos desse fundo deveriam ser baseados numa Taxa Referencial (TR) que era calculada a partir das futuras taxas de papéis privados (DCs) e federais.

O Plano Collor II, tentou organizar os fluxos de caixa e conter as despesas das estatais e para isto, recorreu as seguintes medidas: bloqueou em 100% os recursos destinados aos Ministérios da Educação, Trabalho e Bem-Estar Social e em 95% o orçamento destinado ao investimento. A liberalização orçamentária passou a depender da aprovação do Ministério da Fazenda e da disponibilidade de recursos.

Entre as medidas tomadas, ainda encontram-se as seguintes:

- 01) Redução de gastos das estatais, até o final de 1991, em 10%;
- 02) Aumento das tarifas públicas;
- 03) Redução da transferência de fundos a municípios e estado, pelo governo federal, sem ferir a Constituição, pois esta determinava (em 1988), aumento da transferência da arrecadação de fundos.

O impacto, a curto prazo, foi sobre os preços. A equipe econômica foi substituída em maio de 1991. O Ministério da Fazenda foi ocupado por Marcílio Marques Moreira, que determinou o controle do fluxo de caixa e dos meios de pagamento, descongelamento dos preços e preparação para liberalização dos ativos ainda bloqueados, além da garantia de continuidade do processo de abertura comercial e privatização.

Os impactos do Collor II foram registrados sobre os salários dos trabalhadores, principalmente de funcionários públicos. Os investimentos caíram,

representando apenas 30% do que havia sido programado para o ano. Os gastos com a dívida pública interna declinaram para 80%. O PIB aumentou cerca de 1,1% em 1991. No final de 1991, a equipe econômica introduziu um novo programa antiinflação para 1992-1993, baseado em forte restrição ao crédito, em fortalecimento das finanças públicas e numa taxa de câmbio que deveria manter o valor real da moeda, no caso, o cruzeiro (BAER, 1996).

Mas, em 1992, o presidente Fernando Collor de Melo foi destituído mediante um processo de *impeachment* deflagrado em consequência de uma série de denúncias sobre corrupção. Collor foi substituído por seu vice Itamar Franco, e Fernando Henrique Cardoso foi nomeado Ministro da Fazenda (GREMAUD, SAES E TONETO JR, 1997).

Fernando Collor de Mello, deixa a presidência do país com situação fiscal deteriorada. As finanças públicas ficaram fracas devido ao aumento salarial concedido aos funcionários públicos, ao aumento das aposentadorias e de outros gastos correntes e de investimento.

### 1.3- GOVERNO TRANSITÓRIO: ITAMAR FRANCO

Uma das primeiras medidas do governo de Itamar Franco, foi à mudança de moeda, caracterizando-se pelo corte de zeros.

A Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993 (D.O.U. de 29 de julho de 1993), convertida na Lei nº 8.697, de 27 de agosto 1993 (D.O.U. de 28 de agosto de 1993), instituiu o CRUZEIRO REAL, a partir de 01 agosto 1993, em substituição ao Cruzeiro, equivalendo um cruzeiro real a um mil cruzeiros, com a manutenção do centavo (BACEN, 2004).

Em dezembro de 1993, no Governo Itamar Franco, foi apresentado ao Brasil, um programa de estabilização econômica que compreendia três etapas. Em primeiro lugar, consistia num mecanismo de equilíbrio orçamentário, seguido da introdução de uma unidade de conta estável e como última etapa, compreendia a conversão desta unidade numa nova moeda, a uma taxa de paridade com o dólar.

A Medida Provisória nº 542, de 30 de junho de 1994 (D.O.U. de 30 de junho de 1994), instituiu o REAL como unidade do sistema monetário, a partir de 01 de julho de 1994, com a equivalência de CR\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta cruzeiros reais), igual à paridade entre a Unidade Real de Valor e o Cruzeiro Real fixada para o dia 30 de Junho de 1994. Como medida preparatória à implantação do Real, foi criada a URV - Unidade Real de Valor - prevista na Medida Provisória nº 434, publicada no D.O.U. de 28.02.1994, reeditada com os números 457 (D.O.U. de 30.03.1994) e 482 (D.O.U. de 29.04.1994).

Em março de 1994, o governo introduziu a Unidade Real de Valor (URV), em paridade com o dólar. Em julho de 1994, o BACEN começou a emitir a URV como a nova moeda do país, denominada Real, para qual à paridade cambial foi estabelecido um teto máximo de R\$ 1,00/US\$ 1,00 (BACHA, 1997).

Nesta conjuntura, o Estado passou de um Estado-empresário para um Estado-regulador e fiscalizador da economia. O mercado passou a substituir o estado na alocação de recursos.

Segundo GIAMBIAGI, GOSTKORZEWICZ E PINHEIRO (1999), anterior ao Plano Real havia:

- 01) Inflação elevadíssima e crescente;
- 02) Déficit fiscal, no conceito operacional, relativamente modesto, em parte devido à corrosão do valor real das despesas;

03) Taxa de câmbio desvalorizada; situação externa folgada, representada por conta corrente que, na média, 1991-1993, foi superavitária e por uma entrada de capitais que fez com que o volume de reservas internacionais no conceito de caixa, que tinha fechado 1990 e também 1991 em menos de US\$ 9 bilhões, aumentasse para US\$ 40 bilhões quando do lançamento do Plano Real.

A partir de 1995 encontra-se inflação muito baixa, contas públicas com elevado desequilíbrio, taxa de câmbio significativamente apreciada em relação ao nível de 1991-1994, antes do Plano Real e rápida deterioração do resultado da conta corrente (GIAMBIAGI, GOSTKORZEWICZ E PINHEIRO, 1999).

### 3 PLANO REAL

#### 3.1 A POLÍTICA ECONÔMICA DURANTE O PLANO REAL

Os primeiros anos do Plano Real, período que compreende o ano de 1994 e 1995, obteve-se sucesso. Esse êxito imediato do plano de estabilização deveu-se principalmente ao retorno do capital internacional. A sobrevalorização do real, a liberalização da conta capital, a abertura comercial e a elevação das taxas de juros foram medidas fundamentais para garantir a estabilidade de preços. A adoção dessas medidas permitiu ao Brasil tornar-se um mercado mais eficiente para um capital internacional que gravitava a procura de melhores oportunidades devido a um cenário internacional marcado por excesso de liquidez, baixas taxas de juros, recessão nos principais países desenvolvidos e mudanças na dinâmica do sistema financeiro internacional.

A abertura (tanto comercial como financeira) seria a base para a construção de um novo modelo de crescimento. A abertura comercial, ao expor a economia doméstica a concorrência internacional, levaria os produtores nacionais a implementar um grande esforço de redução de custos pelos investimentos em tecnologia, qualidade e produtividade, assim como os esforços de aperfeiçoamento, enxugamento e racionalização empresarial. A introdução de inovações gerenciais e tecnológicas (as quais seriam possíveis principalmente devido ao acesso de equipamentos importados) geraria, por sua vez, um significativo aumento da produtividade do trabalho. Inicialmente poderia ocorrer redução no emprego, mas o crescimento da produtividade, ao reduzir o custo unitário do trabalho e melhorar a competitividade dos produtores domésticos, aumentaria o seu *market share* no mercado doméstico e a sua capacidade de exportação, produzindo, no longo prazo,

um efeito dinâmico positivo sobre o emprego. Além disso, o aumento da produtividade permitiria também uma melhor distribuição de renda, pois, à medida que a produtividade se mantivesse crescendo velozmente, as empresas não apenas reduziriam custos e preços, mas também poderiam aumentar salários. A abertura comercial seria, portanto um dos pilares para a construção de um novo modelo de crescimento, induzido pelo lado da oferta e com conseqüências distributivas. (CAMPOS E ARIENTE, 2003)

Outro pilar fundamental para o redesenho do modelo de desenvolvimento seria a abertura financeira e a liberalização do câmbio. A livre movimentação de capitais permitiria o financiamento de um provável déficit em conta corrente originário da sobrevalorização do câmbio e da abertura econômica. Numa economia estabilizada e aberta, em que as entradas de capitais pudessem ocorrer livremente conforme os diferenciais de taxas de juros e com grandes perspectivas de investimento direto, sempre haveria capital externo disposto a financiar o déficit em conta corrente e, portanto, esse deixaria de ser uma restrição ao crescimento. Desta forma, estaria eliminada a histórica restrição ao crescimento brasileiro pelo lado do Balanço de Pagamentos. Além disso, o crescimento da poupança externa em escala suficiente para complementar à poupança interna privada permitiria a retomada do crescimento impulsionado pelo esforço de investimento predominantemente privado. (CAMPOS E ARIENTE, 2003)

A entrada de recursos do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para as privatizações completaria o quadro do financiamento externo, ao mesmo tempo em que contribuiriam para remover gargalos de oferta na indústria e na infra-estrutura, reduzindo custos e agindo como veículo do progresso tecnológico e organizacional.

Entre 1991 e abril de 1998 houveram privatizações de empresas públicas pertencentes ao governo federal e aos governos estaduais, bem como concessões para telefonia móvel na área de telecomunicações. Os investidores estrangeiros entraram com US\$ 12 bilhões (BNDES, 1998).

As privatizações concentraram-se nos setores de bens e serviços tradables – produtos transacionáveis, negociados no mercado internacional –, o que acabou por não acarretar ganhos na balança comercial, pois não houve elevação das exportações. As filiais das multinacionais que instalaram-se no Brasil, exportaram cerca de 10% de sua produção total e cerca de 90% destinaram-se ao mercado interno, o qual, por seu tamanho, serviu de atração ao investimento estrangeiro direto (RICUPERO, 1999).

Ao entrar no Brasil, o investimento externo ajudou a controlar o aperto cambial e o déficit criado pelas contas externas e principalmente os juros da dívida.

O Plano Real, portanto, não significava apenas em programa de estabilização da moeda, mas também, ao definir os contornos da inserção da economia brasileira na nova realidade internacional, buscava abrir caminho para a adoção de um nova trajetória de desenvolvimento. (CAMPOS E ARIENTE, 2003)

### 3.2 POLÍTICA CAMBIAL

Do ponto de vista teórico, os regimes de câmbio flexível ou fixo não são melhores ou piores em si, mas são adequados ou não do ponto de vista da consistência com as políticas monetária e fiscal.

No regime de câmbio fixo, a autoridade monetária é obrigada a vender ou comprar moeda estrangeira pela cotação oficial. As transações entre residentes e não residentes passam pela intervenção do Banco Central e as reservas internacionais necessariamente variam com essas operações. Quando o câmbio é fixo, a obrigatoriedade de compra ou venda de divisas a um preço determinado faz com que, caso haja excesso de procura por moeda estrangeira, o Banco Central seja obrigado a vender o câmbio no volume desejado, causando redução de reservas, e vice-versa.

No caso do regime cambial flexível, o Banco Central não intermedia as operações. Quem quiser comprar ou vender moeda estrangeira procurará sua contraparte e o preço será acertado pelo mercado. Assim se a procura por divisas for maior que a oferta, o preço sobe (há desvalorização), assim como, se houver mais agentes querendo vender divisas, o câmbio se valoriza. Na prática, como foi mencionado, não há regimes cambiais de flutuação pura. Em geral, as autoridades monetárias intervêm no mercado de câmbio esporadicamente, no que se costuma denominar “regime de flutuação administrada”. Os objetivos destas intervenções são defendidos de maneira geral, como importantes para assegurar uma flutuação ordenada da taxa de câmbio, tendo como base seus fundamentos, e não para defender uma paridade fixa para esta variável. Outra característica desse regime cambial é que mudanças bruscas nas expectativas geram variações bruscas na taxa

de cambio, o que pode ser um fator altamente instabilizador. Portanto é fundamental que haja absoluto controle das políticas monetárias e fiscal, sem qualquer leniência, pois não há como represar o mercado. (REVISTA CONJUNTURA ECONOMICA, 2003 )

A partir de julho de 1994, com a introdução da nova moeda, a política cambial ganhou maior relevância no contexto econômico. A taxa de câmbio teria que desempenhar papel distinto ao que se observava nos períodos de inflação elevada, quando representava forte parâmetro para ajustes de preços. (BACEN 1995)

Nos três primeiros meses o Banco Central não interviu no mercado ao mesmo tempo em que procurava cumprir metas monetárias rígidas. Tentava-se uma política de ancora monetária com câmbio flutuante. Depois de uma acentuada queda nominal, o governo passou a intervir no mercado de cambio fixando a cotação do dólar a R\$ 0,84 por cinco meses. Nesse segundo período praticou-se uma política de ancora cambial rígida. Os efeitos da crise do peso sobre os fluxos de capitais e, conseqüentemente, sobre as reservas brasileiras levaram a uma nova mudança na política cambial brasileira. Uma mididesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 95 foi seguida de alguns meses de experimentação com pequenas correções aleatórias da cotação do dólar. A própria definição de uma banda larga, que jamais chegou a servir como espaço para a flutuação dos valores da moeda estrangeira, revela a indecisão em relação aos rumos da política cambial nessa terceira fase. (SOUZA,1999).

Com o sistema de bandas cambiais, o Banco Central comprometeu-se a atuar sempre que a taxa de câmbio atingisse os limites inferior ou superior podendo também operar dentro da banda para evitar oscilações inadequadas na taxa de câmbio. Para os agentes econômicos o grande benefício é poder planejar suas

operações dentro da margem definida de flutuação da moeda. Todavia, a falta de experiência com o novo mecanismo induziu o mercado a interpretação de que poderia haver imediato ajuste na taxa de câmbio originando movimento especulativo contra o real, o que exigiu pronta atuação do Banco Central. (BACEN 1995).

Passou-se assim de um regime de banda informal, na faixa de 83 a 86 centavos de real por dólar, que vinha vigorando desde outubro de 1994, para uma banda explícita, com um piso de 88 e um teto de 93 centavos por dólar. A nova banda passou a ser protegida por taxas de juro extraordinariamente elevadas e pela disposição do governo de ampliar a oferta de títulos públicos indexados a taxa cambial. Em junho de 1995 o Banco Central brasileiro anunciou um pequeno aumento e ampliação da banda cambial, que passou para a faixa de 91 a 99 centavos de real por dólar. Ao mesmo tempo iniciou um movimento de diminuição gradual das taxas básicas de juro. Em janeiro de 1996 a banda cambial foi novamente alterada para 97 a 106 centavos de real por dólar, sem causar intranquilidade nos mercados financeiros. (BATISTA, JR 1997).

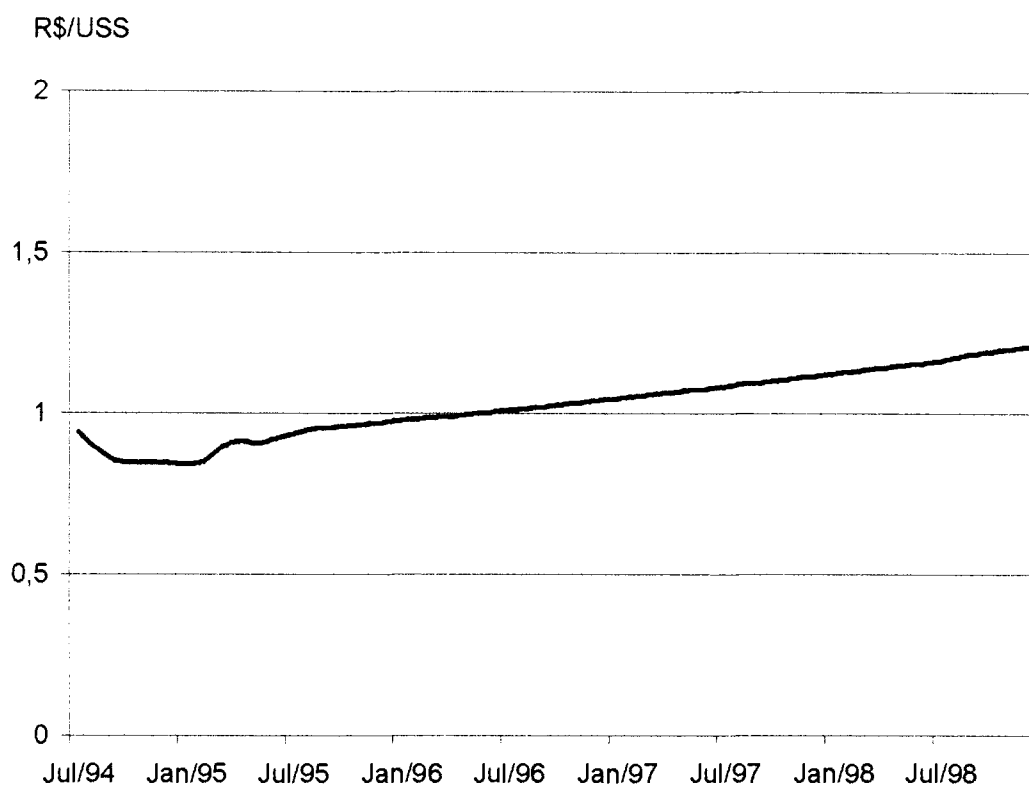
O Plano Real provocou modificação drástica do valor externo da moeda brasileira. De Junho de 1994 até junho de 1996, a taxa de cambio com o dólar, ajustado por índices de preços ao consumidor, acusou valorização extraordinária, de nada menos que 33% acumulada basicamente no segundo semestre. De 1995 em diante, a política cambial brasileira tornou-se mais flexível e a taxa nominal voltou a ser desvalorizada. No entanto essas desvalorizações nominais não reverteram o processo anterior de valorização do real. (BATISTA JR, 1997)

Após a minidesvalorização ocorrida no início de 1995 – em seguida a crise do México de 1994 – a política cambial foi pautada pela tentativa de ajustar a taxa de câmbio, em termos nominais, a uma taxa similar à variação do Índice de Preços

Acumulado (IPA), política essa que foi mantida durante 1996, 1997 e 1998. Nesses três anos, a taxa de câmbio nominal desvalorizou-se a uma média de 0,57% ao mês, uma taxa muito próxima da inflação mensal média de 0,64% (GIAMBIAGI, GOSTKORZEWICZ E PINHEIRO, 1999).

Em janeiro de 1999 a política cambial sofreu mais uma mudança brusca. A maxidesvalorização ocorrida, que constitui a quebra do regime flexível de bandas cambiais, reavivou a preocupação sobre qual o melhor regime cambial a ser adotado e quais seriam seus efeitos na economia como um todo. Em 15 de janeiro o Banco Central deixou que o Real passasse a flutuar livremente. Houve uma forte desvalorização da moeda nacional que de R\$ 1,21 alcançou uma média de R\$ 1,52 em janeiro, R\$ 1,91 em fevereiro e R\$ 1,90 em março.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO – 1994 - 1999



FONTE: BACEN

Em suma, o regime cambial brasileiro, que a partir de 1994 mudou-se para o enfoque de ancora cambial visando a estabilização de preços, foi liberado para flutuar sem a intervenção do governo em 1999, predominando esse sistema até a atualidade.

#### 4 ABERTURA ECONOMICA E FINANCEIRA DA ECONOMIA

A proteção da indústria doméstica constituiu, historicamente, o núcleo da estratégia de desenvolvimento e o principal instrumento de política industrial no Brasil até o início da década de 90.

No período de 1974-79, predominaram as altas tarifas e as barreiras não tarifárias. Nesse período, havia a necessidade de depósitos prévios para importação e eram impostos exames rigorosos para produtos com similar nacional. Isso foi implementado em prol do equilíbrio interno, abalado pela crise do petróleo e para aprofundar o processo de substituições de importações. Com a reforma da política econômica implementada em dezembro de 1979, o sistema de tarifas foi restaurado como principal instrumento de proteção à indústria nacional, havendo, desse modo, uma elevação das tarifas nominais, fazendo com que até 1988 predominasse um período de alta proteção à indústria. O aumento das tarifas foi justificado pela necessidade de superação da crise cambial. Além disso adotaram-se medidas adicionais, como a elaboração de uma lista de produtos com importação proibida e a necessidade de financiamento externo para as importações.

A partir de 1988 inicia-se um processo de abertura comercial, que reduziu gradativamente o nível e a variância do grau de proteção às atividades competitivas. Pode-se dividir esse período em duas fases; inicialmente, de 1988 a 1990, eliminaram-se parcelas redundantes das tarifas. Na segunda fase, a partir de 1990, houve a eliminação de barreiras não tarifárias e foi aplicado um cronograma de redução gradual de tarifas. Como resultado, os principais instrumentos de proteção à indústria doméstica passaram a ser a taxa de câmbio e as tarifas de importação, reduzindo a importância das barreiras não-tarifárias.

Com o advento do Plano Real, o sistema de tarifas foi utilizado intensamente para disciplinar os preços domésticos mediante aumento da competição externa, havendo um acirramento do processo de liberalização. Três fatores sustentaram este processo; a sobrevalorização do real em relação ao dólar, a antecipação da tarifa externa comum do Mercosul e a redução tarifária efetuada para pressionar os preços domésticos.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA TARIFA NOMINAL ENTRE 1985 E 1997

Setor	1985 1988 (%)	1995 1998 (%)	1997-1999 (%)
Metalurgia	65,15	21,33	12,4
Mecânica	58,88	31,59	16,7
Material elétrico/comunicações	91,73	34,69	18,3
Material de transporte	105,53	40,65	24,6
Papel e papelão	75,80	17,35	10,4
Borracha	95,58	37,12	12,6
Química	32,48	16,70	6,63
Produtos farmacêuticos	43,28	22,92	8,58
Perfumaria, sabões e velas	158,83	44,40	8,58
Produtos de materiais plásticos	142,93	34,79	16,3
Têxtil	142,08	39,54	15,1
Vestuário, calçados e tecidos	166,55	45,31	19,5
Alimentícia	77,50	23,51	12,5
Bebidas	159,50	54,66	13,9
Fumo	176,10	60,55	10,1
Media	104,97	34,00	13,3

FONTES: dados preliminares baseados na tarifa comum do Mercosul – Pinheiro e Almeida (1994), Kume (1996) e 1997

#### 4.1 ABERTURA COMERCIAL

A abertura comercial, no início dos anos 1990, juntamente com a sobrevalorização do real, favoreceu o crescimento das importações num ritmo acelerado e verificou-se um aumento das importações brasileiras no comércio mundial na década de 90. Neste período verificou-se taxas médias anuais de crescimento relativamente maiores do que as taxas médias anuais mundiais como pode ser observado na tabela abaixo.

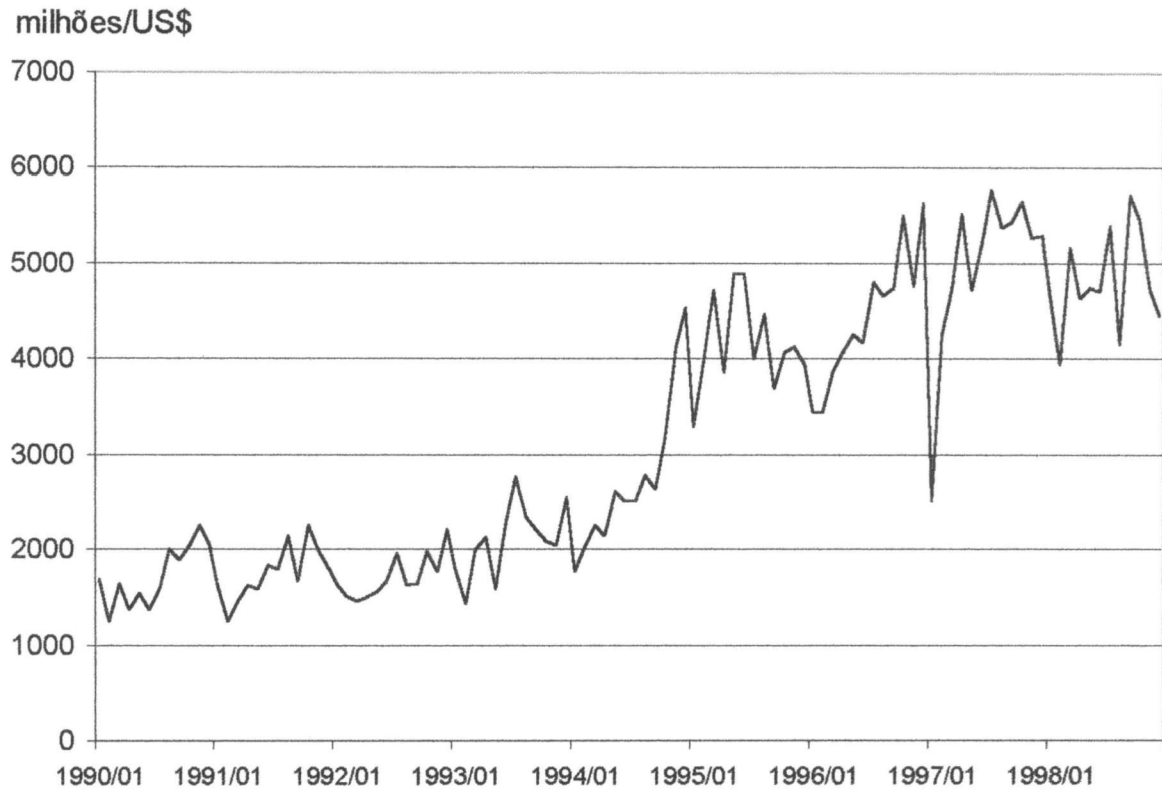
**TABELA 2 – TAXA MEDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAL E BRASILEIRA ENTRE 1986 E 1999**

PERIODO	1986 1990 (%)	1991 1995 (%)	1995-1999 (%)
Brasil	9,46	9,01	1,77
Mundo	12,45	8,16	6,43

FONTE: International Financial Statistic – Yearbook – International Monetary Fund 1998 (dados de 1980 a 1994) e 2000 (dados de 1995 a 1999), Washington, D. C. USA:  
Elaborado pelos Autores Patrícia F. F. Arienti e Antonio Carlos de Campos

As taxas do período de 91-95 foram mais que o dobro do que as mundiais e, as do período de 95-99 foram aproximadamente três vezes superior.

GRÁFICO 2 – IMPORTAÇÕES (FOB) – 1990 - 1998



FONTE ; BACEN

Pelo lado das exportações, o crescimento das taxas brasileiras nos anos 90 foi bem abaixo das taxas mundiais. A menor taxa média ao longo do período foi verificada no subperíodo de 95-99. Neste subperíodo a valorização cambial levou a perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional o que por sua vez dificultou as exportações.

**TABELA 3 – TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAL E BRASILEIRA ENTRE 1986 E 1999**

PERÍODO	1986 1990 (%)	1991 1995 (%)	1995-1999 (%)
Brasil	4,14	8,16	1,97
Mundo	12,65	8,48	5,65

FONTE International Financial Statistic – Yearbook – International Monetary Fund 1998 (dados de 1980 a 1994) e 2000 (dados de 1995 a 1999), Washington, D. C. USA:  
Elaborado pelos Autores Patrícia F. F. Arienti e Antonio Carlos de Campos

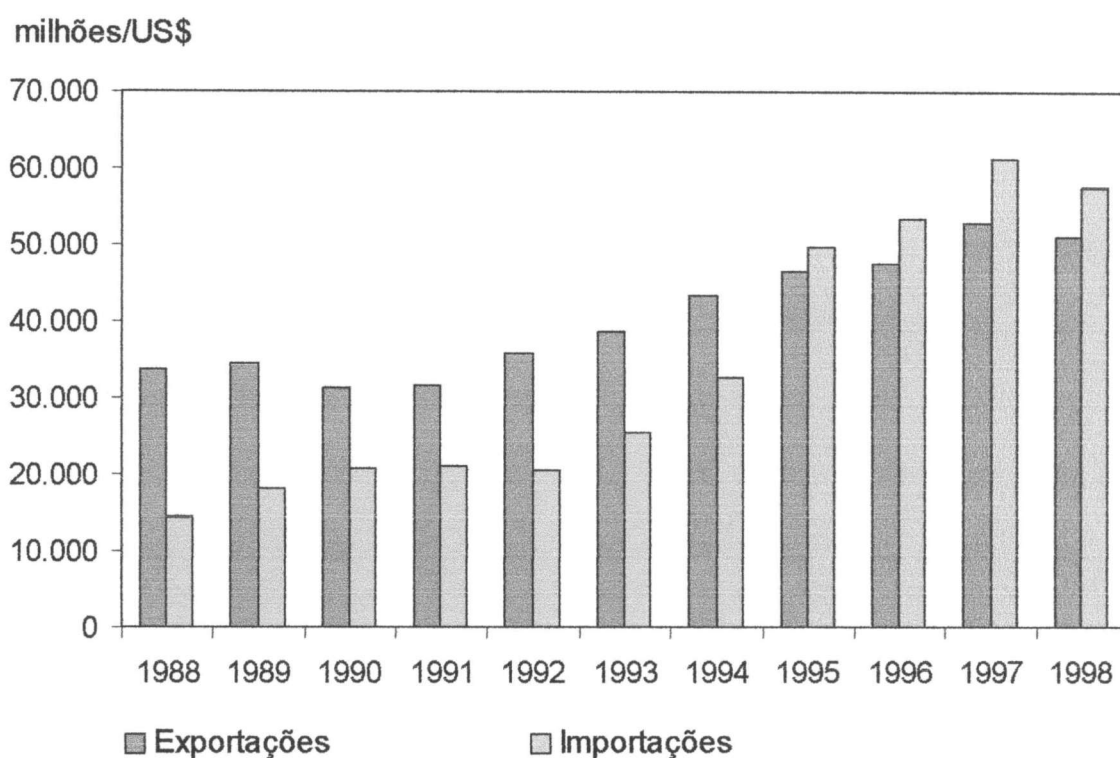
O crescimento relativamente menor das exportações brasileiras vis-à-vis a mundial, provocou uma redução da participação relativa das exportações brasileiras, no comércio mundial, configurando assim, uma menor inserção nas relações comerciais com o resto do mundo.

O Mercosul funcionou com um freio a queda da participação relativa do Brasil no comércio mundial. Sem a participação do Mercosul para as exportações brasileiras, a inserção brasileira no comércio mundial teria sido ainda menor.

O setor agrícola também arrefeceu a queda das exportações, dado o uso mais intensivo da terra, o desenvolvimento tecnológico, bem como novas variedades

adaptadas mais facilmente a novas regiões, alargando a fronteira agrícola aumentando a produção e a produtividade. O Brasil se insere no comércio mundial, por intermédio das exportações agrícolas, em detrimento dos produtos industriais. A perda de competitividade do setor industrial aconteceu em função dos menores investimentos em infra-estrutura (instalações, máquinas, equipamentos, etc)

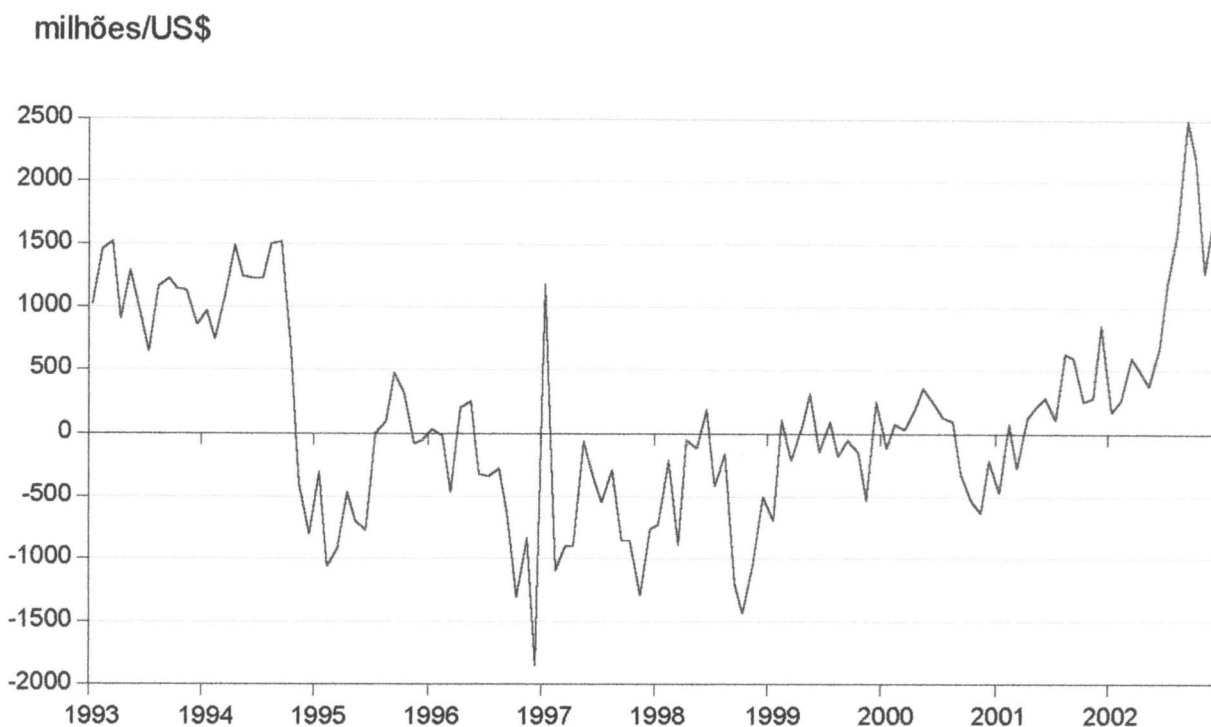
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES - 1988/1998



FONTE: BACEN

Com isso, o processo que se desenhava até 1994 de saldos comerciais positivos, se inverte em 1995 dando seqüência a um processo contínuo de saldos comerciais negativos devido a âncora cambial que incentivava as importações visto que os produtos importados se tornaram mais baratos. Após a maxi-desvalorização de 1999 as exportações foram impulsionadas devido a competitividade dos produtos nacionais no exterior resultando em saldos comerciais positivos até a atualidade.

GRÁFICO 4 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL 1993 -2002



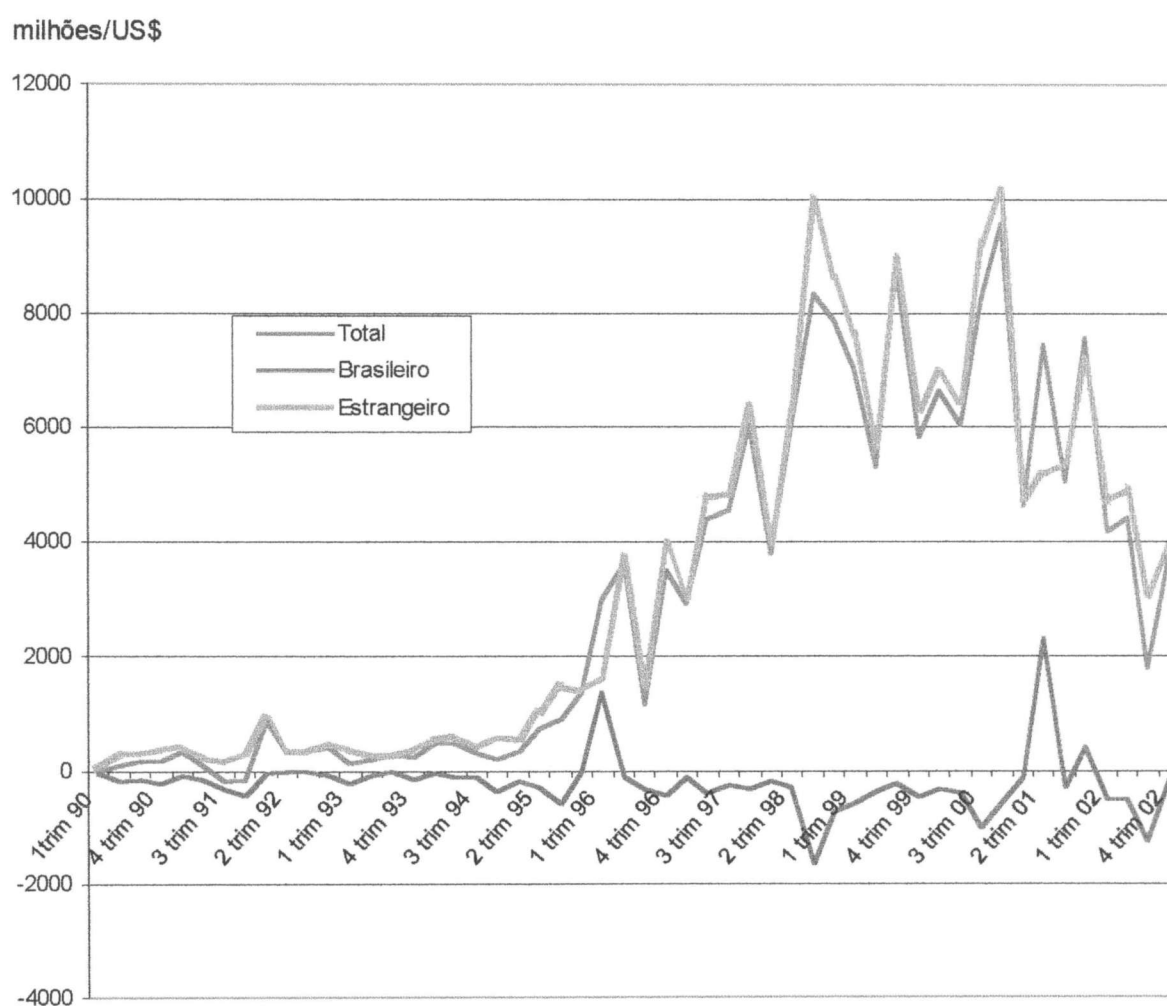
FONTE: BACEN

#### 4.2 ABERTURA FINANCEIRA

Na formulação do Plano Real, o investimento direto estrangeiro desempenharia um papel fundamental no crescimento econômico, já que esse financiaria o crescimento e os desequilíbrios externos transitórios; forneceria recursos tecnológicos para modernização organizacional produtiva e garantiria o acesso aos canais do comércio internacional. Além disso, os déficits em transações correntes poderiam ser cobertos com a entrada de capitais decorrentes do investimento direto estrangeiro, o qual criaria condições favoráveis ao crescimento

da produção. Se por um lado esse tipo de investimento favorece o aumento das importações, por outro, após a maturação desses investimentos, ou seja, no médio e longo prazo, a produção tende a se elevar de forma a atender o mercado interno e também o externo via exportações. Assim, de acordo com essa perspectivas, espera-se que os IDE's melhorem o resultado da balança comercial promovendo um crescimento econômico sustentado.

GRAFICO 5 – TOTAL DO INVESTIMENTO DIRETO 1990-2002



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

## 5 METODOLOGIA

Capítulo II – Revisão Teórica da política cambial adotada no período 1990-1998 e revisão bibliográfica da abertura econômica na mesma época, juntamente com a apresentação da conjuntura econômica dos anos em estudo. Para que o objetivo seja alcançado, foram utilizados livros de macroeconomia como FROYEN (1999) e DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. Macroeconomia. Para estudos sobre abertura econômica foram pesquisados artigos e livros, entre eles A Economia Brasileira nos anos 90, dos Organizadores Fábio Giambiagi e Maurício Mesquita Moreira e KRUGMAN, P, R; OBSTEFELD, M, 2001. A conjuntura econômica poderá ser encontrada em GREMAUD, A, P; SAES, F, A, M, TONETO JR, 1997 e BAER, W. A economia brasileira.

Capítulo III – Este capítulo tem por objetivo apresentar a evolução da taxa de câmbio no período que compreende 1990 a 1998. Utilizará como fonte quantitativa de dados as instituições como IPEA, DIEESE, IBGE e BACEN, os dados foram pesquisados e retirados via internet. Para uma melhor apresentação foram utilizados artigos encontrados nos sites das instituições citadas acima e em livros também contidos nas referências deste projeto.

Capítulo IV - Analisará o desempenho da Balança Comercial nos anos 90, principal objetivo deste trabalho, enfatizando a influência sofrida pela política cambial e pela abertura econômica. Os dados da Balança Comercial podem ser encontrados em AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F; MOERIRA, M, M. (Org.). A economia brasileira nos anos 90. Rio

de Janeiro: BNDES, 1999, p. 49. Sendo importante, neste último capítulo, não somente a apresentação dos dados, mas a análise dos impactos causados pelas medidas econômicas citadas acima e a explicação de como a Balança Comercial alcançou aqueles números. Para isto, conta-se com o conteúdo dos capítulos anteriores.

## 6 CONCLUSÃO

Após o estudo realizado, verifica-se que todas as políticas econômicas implantadas na década de 90 afetaram de alguma forma a Balança Comercial. Pôde-se perceber que a taxa de câmbio tem grande importância na formação de preços e no nível de competitividade das exportações, afetando a economia como um todo. O Plano Real teve como objetivo estabilizar a economia e combater a inflação através de vários instrumentos, dentre os principais enfocados nesse trabalho, a indexação de preços através a URV e a criação de uma nova moeda, o Real. Mas para que o Real se tornasse uma moeda estável, o governo adotou a paridade de um real para um dólar que unida a abertura comercial fez com que a moeda se valorizasse através da concorrência de produtos estrangeiros com os nacionais. Com a adoção do câmbio o fixo e a âncora cambial, no Plano Real, detectou-se a degradação do Saldo Comercial. Por outro lado, as desvalorizações ocorridas em 1999 e em 2001 corrigiram a valorização do real, aumentaram a rentabilidade dos exportadores e anularam o atrativo anterior de importar a preços baixos devido a taxas de câmbio sobrevalorizada. Com isso as exportações cresceram, atingindo superávit da Balança Comercial.

Se comparado o desempenho da Balança Comercial, o processo de déficit de US\$ 6,6 bilhões verificado em 1998 (ano anterior a mudança de regime cambial) se inverte para um resultado positivo de US\$ 11,2 bilhões em 2002.

O processo de abertura financeira também refletiu nesse contexto, pois a entrada de recursos no país impactou diretamente no mercado de câmbio e na economia como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

AVERBUG, A. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In:

BAER, W. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em 25 maio 2004.

BACHA, E. L. O plano real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.). **O Brasil pós-real: a política econômica em debate**. Campinas (SP): UNICAMP, 1997, p. 21.

BATISTA JR, P N. O Brasil depois do Plano Real. **Economia Aplicada**. São Paulo Vol 3, Especial, 1999

BNDES. Privazition in Brazil: 1991-1998. In: GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1999.

CAMPOS, A. C; ARIENTI, P. F. F. Uma análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro da década de 1990. **Pesquisa e Debate**. 2003

FRANCO, G. H. B. Uma política cambial em gestação. OESP. 31 out 1999.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

GIAMBIAGI, F; GOSTKORZEWICZ, J.; PINHEIRO, A, M. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F; MOERIRA, M, M. (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GIAMBIAGI, F; MOREIRA, M, M. (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GREMAUD, A, P; SAES, F, A, M, TONETO JR, R. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

KRUGMAN, P, R; OBSTEFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MARQUES, A. B. F. A. **Política Cambial**, 1999. Disponível em: <<http://www.ecen.com/eee15/cambio.htm>>. Acesso em: 25 maio 2004.

MERCADANTE, A. **Globalização e desarmamento financeiro**. Folha de São Paulo, 11 jul. 1999.

POCHMANN, M. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

RICUPERO, R. **O investimento estrangeiro: fator de estrangulamento externo?**. In:

REVISTA CONJUNTURA ECONOMICA. Ed. nº 26. Ano VI. Jan/Fev 2003.

VELLOSO, J. P. dos R. **A crise mundial: e a nova agenda de crescimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p. 263-271.